

28/10/06

PÚBLICO

Reorganização do mapa judiciário

Alberto Costa não teme protestos devido ao fecho de tribunais

Aníbal Rodrigues

Ministro da Justiça promete solução constitucional para a mobilidade de juízes e funcionários jurídicos

O ministro da Justiça, Alberto Costa, não receia que o encerramento de tribunais no âmbito da reorganização imposta pelo futuro mapa judiciário venha a provocar manifestações de descontentamento semelhantes às verificadas recentemente com o fecho de maternidades ou dos serviços de atendimento permanente dos centros de saúde.

"Pensamos que a maioria dos autarcas e das populações vão compreender as vantagens que vão retirar do sistema", declarou o governante aos jornalistas, em Coimbra, no final da sessão de apresentação das conclusões sobre a revisão do mapa judiciário, elaborada pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

As "vantagens" a que Alberto Costa alude passam pelo que diz ser a criação de "mais proximidade e maior qualidade" na relação do cidadão comum com a justiça.

Já sobre a anunciada polémica em relação à mobilidade de juízes e funcionários jurídicos e à previsível contestação que ela irá acarretar, o ministro da Justiça garante que irá evitar esses possíveis protestos. "Nós vamos encontrar uma boa solução constitucional", disse.

Durante o seu discurso e quando falou de melhorar o acesso dos cidadãos à justiça, Alberto Costa apelou "a uma interpretação moderna de certos temas clássicos, como o da proximidade". "Hoje, no mundo das auto-estradas, dos telemóveis, do multibanco, da Internet, a proximidade já não é o que era", acrescentou.

É neste contexto da "sociedade tecnológica" que o governante considera que aquilo que inicialmente pode ser interpretado como uma perda de proximidade - o fecho de tribunais - representa, na verdade, "um acréscimo de proximidade". "Não devemos partir derrotados", apelou.

O ministro terminou a sua intervenção informando que as soluções preconizadas pelo Observatório Permanente da Justiça serão agora "alvo de um ajustamento à realidade".

Já Boaventura Sousa Santos, director científico do relatório apresentado ontem pelo PÚBLICO, salientou as mudanças territoriais ocorridas em Portugal, principalmente nas últimas três décadas, que apontam no "sentido da litoralização".

Segundo o sociólogo, 72 das 231 comarcas existentes no país têm por ano menos de 500 processos. "Pelo que existe a necessidade de adequar a geografia da justiça à geografia do país", concluiu.

Partindo do pressuposto de que interessa, antes de mais, aumentar o acesso do cidadão comum ao sistema judicial, Boaventura Sousa Santos propôs balcões de atendimento e a realização de audiências junto das comunidades. "É uma solução que os países europeus estão hoje a adoptar

- é a chamada justiça itinerante", ilustrou. Outra das medidas que defendeu foi a gestão dos tribunais por objectivos.

O coordenador científico do Observatório Permanente da Justiça aproveitou ainda para se solidarizar com as recentes críticas proferidas pelo novo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha do Nascimento, um dos presentes na sessão.

Noronha do Nascimento criticou, no seu discurso de tomada de posse, os processos motivados por dívidas que entopem os tribunais. Boaventura Sousa Santos falou mesmo de uma "colonização" dos tribunais portugueses por estes processos de litigância de massas.

PÚBLICO

Aposta no mapa das NUT III

Sendo ponto assente que as actuais 231 comarcas vão desaparecer, o ministro da Justiça, Alberto Costa, prefere que a futura divisão judiciária corresponda às 28 NUT III (Nomenclatura das Unidades Territoriais) existentes em Portugal. As NUT são unidades territoriais que variam em dimensão e número de concelhos, assemelhando-se às divisões territoriais existentes na União Europeia. O ministro defende que "não se devem acrescentar mais mapas aos que já existem" e que a criação de um novo mapa, neste caso, poderia comprometer a própria reforma, simplesmente porque seria difícil conseguir ultrapassar a fase de discussão do próprio mapa. "Devemos reportarmo-nos a traçados coerentes com outros traçados que já existem na proximidade do Estado com o cidadão - não temos que inventar uma outra divisão "ex-nova" do território", defendeu. Está ainda previsto que as novas unidades judiciárias tenham um juiz presidente nomeado pelo Conselho Superior de Magistratura.